

RESUMO Estudo comparativo dos projetos para a agricultura brasileira veiculados por duas entidades profissionais de agrônomos no Brasil entre 1930 e 1961: a Sociedade Brasileira de Agronomia e a Sociedade Paulista de Agronomia. A pesquisa nos periódicos das agremiações aponta suas principais práticas e fornece seus quadros dirigentes, dando inteligibilidade a ambos os projetos. Se os dirigentes da SBA defendiam o incentivo estatal à diversificação agrícola para exportação, os agrônomos da SPA, articulados à grande burguesia industrial paulista, propunham, já nos anos 1940, a industrialização da agricultura mediante a utilização de insumos industriais, sobretudo tratores.

Palavras-chave Estado, agrônomos, Sociedade Brasileira de Agronomia, Sociedade Paulista de Agronomia.

126

ABSTRACT *This is a compared analysis of the projects for Brazilian agriculture transmitted by two entities of agronomy professionals in Brazil between 1930-1961: the Brazilian Society of Agronomy and the Agronomy Society from São Paulo. The research on the journals of the entities illustrates their main practical and provides its directing staff, giving intelligibility to both projects. While the leaders of BSA defended the state incentive to the exportable productive diversification, the agronomists from ASSP, articulated to the great industrial bourgeoisie from the state, proposed, in the early 1940's, the industrialization of the agriculture, by means of agricultural industrial input, specially tractors.*

Keywords *State, agronomists, Brazilian Society of Agronomy, Agronomy Society from São Paulo.*

Agronomia, agrônomos e política no Brasil (1930-1961)

Agronomy, agronomists and politics in Brazil (1930-1961)

SONIA REGINA DE MENDONÇA

Programa de Pós-Graduação em História da UFF

Apresentação

O objetivo deste estudo é analisar a rede de conexões estabelecida entre o ensino superior agrônômico desde os primórdios de sua consolidação no Brasil, as relações de poder dele decorrentes e a simultânea formação de quadros técnicos diferenciados para agências governamentais, com ênfase numa delas, o Ministério da Agricultura (MA). Partindo da premissa de que a cultura é uma dimensão do processo mais amplo de formação do Estado e construção da Nação, aqui tomados como em permanente dinâmica, busca-se atingir três objetivos: a) contribuir para a compreensão dos vários aspectos inerentes à construção do Estado no Brasil; b) analisar as formas através das quais o poder de Estado se engendra, engendrando-se a si mesmo; e, por fim, c) estudar dois canais – o escolar e o agremiativo – por cujo intermédio se operou a reprodução de quadros desse mesmo Estado, reproduzindo-se, junto a eles, determinadas frações da classe dominante agrária brasileira do período.

A análise do ensino agrônômico é de todo importante para perceber-se a convergência de todos esses objetivos, uma vez que a categoria Estado está sendo aqui tomada na acepção gramsciana do termo, implicando na correlação permanente entre a sociedade civil – e seus aparelhos privados de hegemonia – e a sociedade política.¹

Ensino agrônômico: antecedentes históricos

Nascidas da demanda de certos grupos econômicos, as ciências aplicadas à agricultura caracterizam-se, como campo específico do saber, por duas peculiaridades: seu caráter recente e sua feição de “saber aplicado”. Tal fato recolocou, na virada do século XIX ao XX, a discussão sobre as relações entre trabalho intelectual e trabalho manual, conferindo à nova categoria profissional a marca de uma profunda ambiguidade, somente superável assumindo-se o sentido também simbólico do ensino técnico.² No caso brasileiro, tal ambiguidade seria agravada pelo fato de a mentalidade jurisdicista ter prevalecido até inícios da Primeira República, sendo o ensino técnico relegado a segundo plano. Para contornar esses impasses e afirmar-se nos campos intelectual e político, os agrônomos se empenharam em constituir uma matriz discursiva que, exacerbando a cientificidade de sua atividade, lhes garantisse legitimidade e reconhecimento sociopolítico. Assim, apesar de inaugurado no país desde a segunda metade dos oitocentos,³ o ensino agrônômico somente adquiriu destaque no decorrer da chamada República Velha, em decorrência das transformações ocorridas nas relações de trabalho no campo desde a abolição da escravidão e que sobredeterminaram uma dupla redefinição na ordem social vigente. Por um lado, a redefinição das formas de controle sobre o trabalhador rural de modo a impedir sua evasão do circuito do mercado. Por outro, a redefinição do projeto identificatório de segmentos de grandes proprietários rurais de extração regional diversa, buscando afirmar-se como “modernos” e “progressistas”, sobretudo aqueles ligados a complexos agrários menos dinâmicos da economia brasileira.⁴ Em ambos os casos, o papel do novo profissional seria chave.

A trajetória histórica do ensino agrônômico no Brasil costuma ser subdividida pela literatura especializada em três “fases”: a de implantação (1875-1909), a de regulamentação (1910-20) e a de consolidação (de 1920 em diante),⁵ cada uma delas marcada por um traço específico. Enquanto na primeira destacou-se a tentativa de definir suas diretrizes via privilegiamento da iniciativa pública, a segunda foi marcada pelo esforço do governo federal em tipificar esse ensino através do estabelecimento de uma escola-padrão a qual todas deveriam adequar-se. Já na última fase, o cerne foi a padronização curricular de todas as escolas do país, a cargo do MA, buscando minorar as disparidades vigentes junto às instituições privadas.

O predomínio da ação estatal (em âmbito estadual ou federal) no momento de implantação do ensino agrônômico no Brasil é de importância ímpar para esta análise, posto referir-se ao entrelaçamento entre Saber, Poder e Reprodução Social, mediante a fusão entre ação política – a preparação de um novo tipo de gestores da produção agrícola – e ação simbólica – a elaboração de um “paradigma” de agricultura/agricultor moderno, capaz de estender as práticas do poder central a todo o país – reforçando os mecanismos de dominação sobre a chamada “população rural”, vista como rude, ignorante e indolente. Essa primazia do poder público pode ser pensada num duplo registro: de um lado, como fruto do poder exercido pelos grandes proprietários junto aos núcleos decisórios do Estado, facilitado pelo extremado federalismo republicano; de outro, como uma espécie de “reductor de custos” para os fazendeiros que se eximiam de gastos em pesquisa e experimentação agrícolas, nos limites de uma industrialização ainda incipiente e voltada para a produção de bens de consumo.

Vale enfatizar o sentido simbólico do ensino agrônômico e do papel dos agrônomos seja no tocante à elaboração de suas primeiras grades curriculares, seja no que se refere à difusão de uma matriz de pensamento sobre os problemas da agricultura brasileira. Não por acaso foi somente a partir da criação da escola federal em 1910 – cujo currículo se tornou padrão de modo a assegurar o cunho “nacional” dos canais de profissionalização da nova categoria – que a expansão dos cursos de agronomia se acelerou, subordinando-se mais diretamente à iniciativa privada e seus interesses regionais.⁶ Nesse contexto, a constituição de agentes sociais de novo tipo, especializados na gestão potencial da ordem social que emergia no campo, tornava-se urgente, quer por seu papel de imobilizadores de mão de obra, quer pela “missão civilizadora” que desempenhariam em prol das diversas frações da classe dominante agrária, impossibilitadas da solução imigrantista nos moldes adotados pela grande burguesia cafeeira paulista. Os agrônomos tornaram-se igualmente importantes por seu caráter instrumentalizador da disputa entre essas frações, pela via do Saber. O primeiro caso pode ser ilustrado pelos profissionais diplomados pela mais importante e pioneira das instituições de ensino agrônômico

do Brasil: a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), situada em Piracicaba e mantida pelo governo de São Paulo. O segundo materializou-se na fundação, pelo MA, da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), transformada, no pós-1930, em Escola Nacional de Agronomia (ENA), sediada na capital federal do país.

Cada uma delas correspondeu a demandas de setores de grandes proprietários rurais organizados junto a entidades de classe específicas, sobretudo duas delas: a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) – fundada em 1897 no Rio de Janeiro e aglutinadora de interesses contra-hegemônicos no seio da própria classe dominante⁷ – e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) – junto à qual se organizavam as frações da burguesia agroindustrial paulista, fundamentalmente voltadas para a exportação cafeeira e a industrialização. A disputa entre ambas as associações se intensificaria ao concretizar-se, em 1909, uma antiga reivindicação da SNA no enfrentamento da chamada “crise agrícola nacional”: a re-criação do Ministério da Agricultura, extinto em fins do Império. Isso porque ambas as instituições almejavam inscrever seus quadros junto à nova agência de Estado, no que seria vitoriosa, em princípio, a SNA.⁸ Divergências à parte, entretanto, as duas entidades patronais convergiam ao eleger o agente tido por capaz de intervir em prol da superação da “crise”: o agrônomo, mediante a criação das duas escolas de agronomia mencionadas, dotadas de perfis bem distintos quanto ao tipo de técnico por elas formado.

A ESALQ, criada em 1901, privilegiaria, após sucessivas reformas curriculares, disciplinas de cunho eminentemente técnico,⁹ dedicando-se a preparar tanto os quadros para a Secretaria Estadual de Agricultura quanto aqueles que seriam seu público-alvo preferencial: os filhos de fazendeiros que requeriam qualificação para a gestão empresarial de seus negócios.¹⁰ Coerentemente com tal projeto, a Escola de Piracicaba se pautou, entre 1901 e 1961, por algumas características axiais: 1) o padrão endógeno da reprodução de seus quadros,¹¹ resultando na consolidação de “dinastias esalquianas” junto ao corpo docente, com famílias inteiras diplomadas pela instituição e integradas a seu professorado;¹² 2) um professorado formado, em sua maioria, por filhos de fazendeiros (52%), e secundado por negociantes (30%) – todos eles, à exceção de oito, paulistas de nascimento; 3) um corpo discente também integrado por esmagadora maioria de filhos de grandes proprietários paulistas (52% entre 1901 e 1961), de longe secundados por filhos de profissionais liberais (7,5% em todo o período) e de funcionários públicos (3,1% do conjunto).¹³ Como se percebe, a Escola se orientava a instrumentalizar profissionais destinados à reprodução social de sua condição de classe, tratando-se, quase todos, do que chamo de “agrônomos com terra”.¹⁴ Tal constatação é corroborada pelo fato de que 85% dos diplomados pela ESALQ entre 1930-1961 (2.117 agrônomos) tiveram como inserção “profissional” básica a administração de suas próprias fazendas ou o corpo docente da instituição.

Outro aspecto essencial para a compreensão do *habitus*¹⁵ adquirido na escola deriva da análise de sua estrutura curricular e seu regime escolar, marcados pela progressiva elitização do curso mediante estratégias como o esvaziamento das habilitações paralelas às de agrônomo, a extinção de bolsas de estudo e a diminuição da carga horária das disciplinas de “cunho humanista”. Ademais, os próprios critérios de seleção para ingresso e promoção interna do alunato tornaram-se cada vez mais flexíveis, implicando baixíssimas médias de aprovação, coerentemente com o que Pierre Bourdieu denomina de “escolas de concepção”.¹⁶ Logo, o *habitus* do agrônomo diplomado pela ESALQ seria marcado por profundo tecnicismo, a despeito de dirigir-se à preparação de um profissional cuja distinção residia na ênfase ao saber prático e aplicado. Conotando muito mais a pesquisa e a investigação científicas, os alunos tinham como lema “saber ver, para saber mandar fazer”, de todo adequado à condição de herdeiros de um capital econômico e social muito próximo das posições dominantes no campo político.¹⁷

Já a Escola do governo federal contou com características completamente distintas no período estudado, a começar por seu objetivo central: disputar competências e legitimidade com a Escola de Piracicaba. Por sua filiação ao poder federal, a instituição emergiu como “escola-modelo” nacional, instrumento político por excelência de homogeneização da estrutura acadêmica dos cursos superiores de agronomia do país. Os vértices organizativos da ESAMV/ENA se contrapunham ao verificado na ESALQ, a começar pela origem social dos diplomados que, apesar de compreenderem 23% de filhos de fazendeiros, nunca representaram um percentual tão expressivo de alunos como na Escola paulista. Ademais, um espectro bem mais amplo de categorias socioprofissionais integrava o alunato da ENA, que chegou a contar com dois alunos filhos de artesãos e seis filhos de comerciários,¹⁸ além de um alto contingente de

filhos de funcionários públicos (18%), de profissionais liberais (13,5%) e de militares (9%), totalizando 52% de alunos oriundos de setores médios urbanos. Portanto, a ENA constituiu-se em instrumento de potencial ascensão social pela via do diploma, respondendo por um dos componentes mais expressivos do *habitus* adquirido na instituição: a crença no mérito como instrumento de afirmação social.

O alunato da Escola, apesar de dominado por fluminenses/cariocas (40%), abrigava oriundos de todo o país e mesmo do exterior, contando com uma composição social mais aberta, distante de uma instituição “do Rio de Janeiro para fluminenses”, tal como na congênere paulista.¹⁹ O caráter mais “democratizante” do acesso a ESAMV/ENA é atestado pela grande absorção de alunos transferidos de outros estabelecimentos, constituindo 32% dos diplomados no período. É curioso notar que 10% dessas transferências foram de ex-alunos da ESALQ, evidenciando a circularidade e diversificação da procedência sociorregional dos estudantes, talvez a principal marca dessa escola entre 1910 e 1961. Dela proviriam os quadros técnicos especializados do MA, que chegou a absorver 85% de seus diplomados.²⁰ Preparando também funcionários públicos em geral, bem como agrônomos para cooperativas e entidades afins, ela configurou um corpo de especialistas legitimados pela competência, em detrimento do nascimento ou herança.

No tocante à estrutura curricular, a Escola do Rio de Janeiro também se distinguiu da ESALQ, sobretudo pela maior ênfase nas disciplinas ditas “humanísticas” e pela intensa vivência política de seu alunato, que produziu inúmeros periódicos, dentre eles *Agronomia*, dedicado à divulgação do cotidiano escolar, e não a artigos técnicos, como ocorria em *O Solo*, dos estudantes da ESALQ. Tal situação refletia o perfil do curso da ENA, que contava com 20 cadeiras, 12% das quais destinadas ao ensino de Economia Rural, Direito Agrário e Estatística Agrícola, quase todas elas ausentes do currículo da congênere paulista. Ademais, as disciplinas ditas “práticas” tinham o dobro da carga horária destinada às disciplinas teóricas, implicando, inclusive, a realização de atividades manuais pelos alunos.²¹ A ENA se consolidou, de fato, como instituição voltada principalmente para os setores médios urbanos, funcionando como instrumento de ascensão social e de reprodução do funcionalismo especializado do Estado brasileiro. O perfil de seu professorado ratifica tal característica, tendo sido ele integrado, entre 1934 e 1961, por 77 docentes, dos quais apenas 15 descendiam de grandes fazendeiros.

A comparação até aqui realizada serve para demonstrar como a relação entre as escolas foi marcada pela disputa pelo monopólio da formação “legítima” desse novo profissional, tendo funcionado o MA, até 1961, como instância oficial desse reconhecimento, mediante o registro dos diplomas expedidos por todas as instituições do país. Numa clara demonstração do quanto o Estado engendra-se a si mesmo, sobretudo no tocante às agências detentoras do “poder de nomeação”, a Congregação da ENA assim se pronunciou em 1933: “É urgente a necessidade de regulamentação das profissões de modo a impedir que exerçam cargos técnicos federais, estaduais e municipais e mesmo em organizações particulares, os que não sejam diplomados pela ESAMV ou estabelecimentos congêneres reconhecidos como tais pelo Ministério da Agricultura.”²²

Muito mais que uma mera disputa pela ampliação de mercado de trabalho, como poderiam supor alguns leitores, o que estava em jogo entre os agrônomos era a capacidade de inserir-se na sociedade política para, a partir daí, influenciarem a condução das políticas públicas agrícolas nacionais. A partir do golpe de 1930, que inaugurou no Brasil um contexto histórico favorável à recentralização/nacionalização de órgãos e agências do Estado, o Ministério contaria em seus quadros com agentes adequados ao projeto de que tinham sido artífices e beneficiários, isto é, os agrônomos formados pela ENA, portadores de um *habitus* eivado de “humanismo” e ideias “cooperativistas” como instrumentos de concretização da chamada “moderna agricultura”, o que não faria cessar a concorrência entre os profissionais de procedência escolar diversa.

Os agrônomos se organizam: a Sociedade Brasileira de Agronomia

Fundada em 1927 por um grupo de professores da ENA – simultaneamente altos funcionários do MA e/ou dirigentes da Sociedade Nacional de Agricultura²⁴ –, a Sociedade Brasileira de Agronomia (SBA) logo se afirmaria como órgão central de organização e coordenação de quase todas as entidades da categoria profissional distribuídas pelo país. Em seus Estatutos, aprovados em 1928, previa-se que “ela promoverá a criação de associações de lavradores para a racionalização de métodos culturais, pondo-se assim em contato direto com os agricultores, de sorte que a ação profissional da agronomia sempre se exerça em harmonia com o trabalho de nosso lavrador, do qual não poderá viver divorciada”²⁵.

Logo, mesmo antes do movimento de 1930 – que lançou as bases do sindicalismo único por profissão, verticalizado e tutelado pelo Estado –, a SBA se colocava como representante nacional legítima dos agrônomos brasileiros e também matriz de um dado perfil desses técnicos, aos quais se atribuía o papel de assessores dos “produtores rurais”. Tal como no caso das Escolas, semelhante posição não se obteria sem acirradas disputas com entidades congêneres, especialmente o Sindicato Agrônomo do Estado de São Paulo (SAESP), logo transformado em Sociedade Paulista de Agronomia (SPA). Tal contenda se verificou na medida em que o sindicato paulista evitou subordinar-se à SBA, órgão máximo da categoria. A rigor, reeditava-se a rivalidade vigente entre as duas mais expressivas escolas de agronomia do país desde inícios do século XX, a qual, por sua vez, reproduzia a disputa entre a SNA e a SRB pelo monopólio da representação legítima dos grupos dominantes agrários brasileiros. A definição do perfil de agrônomo tido como adequado para atuar junto ao “projeto nacional de agricultura”, promovida por cada uma dessas entidades patronais, constituiu-se em mais um elemento dessa luta. “Agrônomo Tecnicista” versus “Agrônomo Humanista” podem ser os termos a resumirem o embate verificado tanto no interior do novo campo de saber, quanto dentro do próprio Estado.

130

A disparidade de *habitus* escolares adquiridos nas instituições focalizadas se manteve até 1961, com a divulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, que pôs fim à dualidade de diretrizes vigente na formação superior agrônômica, retirando-a da alçada do MA. Até então o monopólio desse último sobre o registro de diplomas seria preservado, prevalecendo a observância da ENA como “escola-padrão”. Por meio desse expediente político, os proprietários agremiados pela SNA e aparelhados junto ao MA conseguiam excluir os agrônomos egressos de escolas cuja grade curricular divergisse da ENA do reconhecimento e do registro de seus certificados, dificultando sua atuação profissional junto a agências públicas federais. Os diretores da Escola de Piracicaba, recusando esse reconhecimento em nome da suposta superioridade de seu curso, propiciaram a formação de agrônomos destinados a um mercado de trabalho basicamente regional e, sobretudo, privado. Somente após a nomeação do paulista Fernando Costa para a Pasta da Agricultura seria minimizado o impasse, em função da necessidade de se recompor as alianças políticas entre o Executivo federal e os paulistas após sua derrota no Movimento de 1932.

Para consolidar seu papel dirigente junto aos agrônomos de todo o país, a SBA adotaria inúmeras estratégias, dentre elas a criação de “delegados regionais” encarregados de promover campanhas pela ampliação do quadro de sócios; a cobrança de anuidades; e a reafirmação do reconhecimento da agremiação como “a única entidade agrônômica de classe de âmbito nacional”²⁵. Mesmo suplantada a disputa inicial, a SBA continuaria exercendo papel normativo e fiscalizador de irregularidades praticadas contra agrônomos, consagrando-se como tal após 1940 quando patrocinou a “1ª Semana Agrônômica” na Capital Federal, a qual se tornaria anual com vistas a “discutir o papel dos agrônomos e da Agronomia na solução dos problemas agrícolas que a SBA considera os principais da nacionalidade”²⁶. Dentre as diretrizes definidas pelo novo Estatuto de 1930 figuravam o combate ao urbanismo (art. 4º); a propaganda do espírito associativo entre os agricultores (entendidos como grandes proprietários rurais), bem como a difusão da “harmonia entre o profissional de agronomia e o agricultor brasileiro” (art. 8º). Em verdade, a harmonia e a colaboração preconizadas eram noções-chave do corporativismo sindical implantado no país após 1930, respaldado por práticas tutelares, policlassistas e negadoras do conflito social. Assim, a SBA tentava afirmar-se como genuína porta-voz da categoria, quer pela dimensão efetivamente nacional de suas bases, quer por sua atuação dirigente do conjunto dos agrônomos, acumulando considerável poder de pressão política junto aos núcleos decisórios do Estado em matéria de agricultura.

O editorial do primeiro número da *Revista da Sociedade Brasileira de Agronomia* (RSBA), assinado por seu presidente, Arthur Torres Filho (professor da ENA e presidente da SNA desde a década de 1920), afirmaria que:

*Será sob a égide da solidariedade espiritual que a classe agrônômica se propõe a trazer seu concurso a uma obra patriótica dessa natureza, fundamentada no exato conhecimento do “meio brasileiro”. Um amplo critério de amparo, defesa, conagraçamento e prestígio de classe, de imparcialidade tranqüila e de são patriotismo dominará, pois, sempre, a presente publicação, com o senso da ponderação e das responsabilidades que cabem à classe agrônômica brasileira.*²⁷

A dinâmica de funcionamento da Sociedade, suas principais bandeiras de luta e modalidades de relação com agências da sociedade política podem ser percebidas a partir da principal fonte por ela publicada desde 1930, a *Revista da Sociedade Brasileira de Agronomia*. Operando com dois recortes é possível vislumbrar seu peso político entre as décadas de 1930-60: a análise dos temas priorizados pela publicação e o levantamento das práticas efetivadas pelo órgão no período em foco. Quanto ao primeiro ponto, se destaca que os 720 artigos publicados pela Revista – excetuado o período 1949-1954 quando a impressão foi suspensa por falta de verbas – agrupam-se em torno de três grandes eixos temáticos: a defesa sanitária vegetal (20%); a propaganda da utilização de fertilizantes/inseticidas (18%); e o incentivo à produção de novos tipos de fibras vegetais (15%). Esses temas corroboram a sintonia existente entre a SBA e o MA, cujas políticas destinaram-se, justamente, a aprofundar a diversificação agrícola nacional mediante o fomento à produção de novos itens exportáveis de significativo valor comercial, tais como fibras, oleaginosos e matérias-primas para indústrias de tintas e corantes²⁸. Corroborando tal projeto, a Revista publicaria vários estudos sobre as pragas que assolavam as diversas culturas no país (10% dos artigos) ou a aplicação de tecnologia de ponta na produção de oleaginosos e frutas (4,2% das matérias). A incidência dessas temáticas ressalta de modo fiel o perfil de seus quadros dirigentes, em sua maioria oriundos e/ou vinculados à ENA e à SNA, revelando sua estreita proximidade política com o órgão máximo do Estado brasileiro em matéria de Agricultura, o chamado “Ministério da Produção”.

Outra peculiaridade da *Revista da SBA* era seu caráter plural, publicando artigos elaborados por agrônomos de procedência regional e escolar variada, distinguindo-se sobremodo do periódico da entidade profissional concorrente, a SPA, marcadamente “paulistocêntrica” quanto a seus quadros e articulistas. A proposta da RSBA consistia em difundir pelo país os problemas e soluções específicos a cada região ou ramo de atividade, promovendo a integração política e simbólica de seus quadros. Merece destaque o fato de que boa parte das matérias científicas publicadas era de autoria dos dirigentes da entidade, quase todos funcionários de primeiro escalão do MA e/ou diretores da ENA, como se depreende do Quadro I, a seguir.

131

Quadro I – Sociedade Brasileira de Agronomia: diretorias (1928-1961)

ANOS	CARGOS	OCUPANTES
1928-30	Presidente	José Geminiano Guimarães (1)
	1º Vice	Arthur Torres Filho (1) (2) (3)
	1º Secretário	José Fonseca Ferreira
	2º Secretário	Fábio Luz Filho (2) (3)
	1º Tesoureiro	Irineu Felix Pedroso
	CONSELHO FISCAL	Francisco Iglésias (2) (3), José Eurico Dias Martins (2) (3); Joaquim Bertino Moraes de Carvalho (2) (3).
1930-32	Presidente	Arthur Torres Filho (1) (2) (3)
	1º Vice	João Saturnino de Brito
	1º Secretário	Fábio Luz Filho
	2º Secretário	Elydio Velasco (1)
	1º Tesoureiro	Irineu Felix Pedroso
	CONSELHO FISCAL	----

1935-36	DADOS INDISPONÍVEIS	DADOS INDISPONÍVEIS
1937-38	Presidente 1º Vice 2º Vice 3º Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro CONSELHO FISCAL	João Vieira de Oliveira (2) (3) Eliezer R. Moreira Joaquim Bertino M. Carvalho (1) (2) (3) Eugênio Buck (2) (3) Ulysses Cavalcanti Mello (1) (3) Romolo Cavina (1) (2) (3) João Baptista Corte (1) Irineu Pedroso; Victor Malmann (1) (3); Alberto Wucherer (1)
1939-40	Presidente 1º Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro CONSELHO FISCAL	Waldemar Raythe Queiroz (1) (2) (3) Mário Telles da Silva (1) Jayme G. Fernandes (1) (2) Ulysses Cavalcanti de Mello (2) (3) Raphael Pessoa Sobral Verlande D. Silveira (1) (3) Arthur Ayres de Hollanda (2) (3); Euclides Bentes; Luiz Montera.
1941-42	Presidente 1º Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro CONSELHO FISCAL	Waldemar Raythe Queiroz (1) (2) (3) Heitor Grillo (1) (2) (3) Alberto Wucherer (1) Ulysses Cavalcanti de Mello (2) (3) Nelson Barcellos Maia Alfredo Nascimento Filho (1) Luiz Guimarães Jr; Mário Telles da Silva (1); Jefferson Firth Rangel (1) (2) (3)
1943-44	Presidente 1º Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro CONSELHO FISCAL	Francisco de Paula Machado (2) (3) Waldemar Raythe Queiroz e Silva (1) (2) (3) Ulysses Cavalcanti de Mello (2) (3) Mário Vilhena (2) João Baptista Cortes Nelson Barcellos Maia Alberto Wucherer (1); Elydio Velasco (1) (2) (3); Djalma Guilherme de Almeida(1) (2) (3)
1945-46	Presidente 1º Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro CONSELHO FISCAL	Francisco de Paula Machado (2) (3) Mário de Oliveira (3) Ulysses Cavalcanti de Mello (2) (3) Jefferson Firth Rangel (1) (2) (3) Nelson Barcellos Maia Elydio Velasco (1) Djalma Guilherme de Almeida(1) (2) (3); Waldemar Raythe Queiroz e Silva (1) (2) (3); Raul Dodsworth Machado (2) (3)
1947-48	Presidente 1º Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro CONSELHO FISCAL	Francisco de Paula Machado (2) (3) Waldemar Raythe Queiroz e Silva (1) (2) (3) Ulysses Cavalcanti de Mello (2) (3) Mário Vilhena (2) Jalmirez Guimarães (1) (2) (3) Verlande D. Silveira (1) (2) (3); Mário Telles da Silva (1); Nelson Barcellos Maia

1949-50	Presidente 1o Vice 1o Secretário 2o Secretário 1o Tesoureiro CONSELHO FISCAL	Francisco de Paula Machado (2) (3) Waldemar Raythe Queiroz e Silva (1) (2) (3) Ulysses Cavalcanti de Mello (2) (3) Mário Vilhena (2) Jalmirez Guimarães (1) (2) (3) Verlande D. Silveira (1) (2) (3); Mário Telles da Silva (1); Nelson Barcellos Maia
1951-52	DADOS INDISPONÍVEIS	DADOS INDISPONÍVEIS
1953-54	DADOS INDISPONÍVEIS	DADOS INDISPONÍVEIS
1955-56	Presidente 1º Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro CONSELHO FISCAL	Antônio Magarinos Torres (2) (3) Nestor Barcellos Fagundes (3) Leonan Azeredo Penna Ilo Soares Nogueira João Baptista Cortes Edgard Andrade Leite (2) (3) Ulysses C. Mello (2) (3); Horácio Peres Mattos; Josué Faria Pimentel (2) (3)
1957-58	Presidente 1º Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro CONSELHO FISCAL	Bemvindo Novaes (1) (2) (3) Romolo Cavina (1) (2) (3) Euclides Martins (1) Hugo Mesquita Vasconcellos João Baptista Cortes Josué Pacheco Pimentel (2) (3) João Vieira Oliveira (2) (3); Edgard Andrade Leite (2) (3); Ilo Soares Nogueira.
1959-60	Presidente 1o Vice 1o Secretário 2o Secretário 1o Tesoureiro 2o Tesoureiro CONSELHO FISCAL	Bemvindo Novaes (1) (2) (3) Romolo Cavina (1) (2) (3) Euclides Martins (1) Hugo Mesquita Vasconcellos João Baptista Cortes Josué Pacheco Pimentel (2) (3) João Vieira Oliveira (2) (3); Edgard Andrade Leite (2) (3); Ilo Soares Nogueira.

Fontes: *Boletim da Sociedade Brasileira de Agronomia* (1930-61); *Revista da Sociedade Brasileira de Agronomia* (1930-61); ENA. *Catálogo de Diplomados*. RJ, 2ª ed., 1960.

Legenda: (1) professores/diretores da ENA; (2) diretores/funcionários do MA; (3) diretores da SNA.

É fundamental destacar que, dos 103 nomes da diretoria da SBA no período – mesmo considerando que alguns se revezavam nos cargos –, 42% provinham da Diretoria da ENA e 54% do alto escalão do Ministério, corroborando a importância política da entidade. Tal acúmulo de atribuições não parece remeter apenas à questão da proteção profissional ou da ampliação do mercado de trabalho para os associados. O Quadro I, em verdade, demonstra o primeiro objetivo anunciado neste trabalho: o de verificar as formas pelas quais o poder de Estado se engendra, engendrando-se a si mesmo – através da triangulação Ministério de Agricultura/ENA/SBA – e o papel dos canais escolar e associativo como elementos de reprodução desses mesmos quadros. Sob essa ótica, vale destacar que 58 dos 103 diretores da SBA (56,3%) pertenceram também à Diretoria da SNA.

Os casos mais emblemáticos se referem àqueles que desempenharam o quádruplo papel de diretores da SBA, diretores da ENA, funcionários do Ministério e dirigentes da SNA, cujos exemplos notáveis são os nomes de Bemvindo Novais – professor e diretor da ENA; Waldemar Raythe Queiroz – diretor da ENA (1941-1943), Reitor da Universidade Rural (1944-1947) e diretor do Centro Nacional de Estudos e Pesquisa Agronômica; Romolo Cavina – professor da Escola e diretor do Serviço Social Rural do Ministério na década de 1940; Jefferson Firth Rangel – professor da ENA

e diretor do Serviço de Defesa Sanitária Animal do MA; Joaquim Bertino Moraes de Carvalho – professor da ENA e diretor do Serviço Nacional de Óleos do Ministério; Fábio Luz Filho – docente da Escola, diretor do Serviço de Economia Rural e do Serviço de Extensão Rural do Ministério (1930-40) e José Eurico Dias Martins – docente da Escola e diretor do Serviço Florestal do Ministério²⁹.

A profunda integração entre essas redes respalda e explica a atuação política da entidade nacional dos agrônomos, sobretudo em três frentes: 1) a ampliação do espaço profissional do agrônomo; 2) a fiscalização do exercício da profissão contra a concorrência de outros profissionais; e 3) a ampliação do quadro de sócios da agremiação. Na primeira frente destacou-se a severa vigilância exercida pela Sociedade junto a órgãos do Estado em âmbito federal, visando expandir a colocação de agrônomos em instituições como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e até mesmo Ministério da Guerra³⁰. Sobressai, ainda, a defesa da incorporação de agrônomos nas atividades de peritagem agrícola da recém-criada Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil, além do movimento contra o presidente da Caixa Econômica Federal questionando o fato de que “dentre os avaliadores dessa Caixa nenhum engenheiro agrônomo ou agrônomo houvesse para os processos de determinação do valor locativo e venal das propriedades rurais, suas instalações, utensílios e máquinas agrícolas, sementes plantas e colheitas pendentes, para fins de crédito”³¹.

Quanto à fiscalização do exercício profissional em todo o país, a SBA iniciou, em 1935, campanha para que tal tarefa se distribuisse entre os recém-criados Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura (CREAs), o que, além de facilitar/padronizar os critérios de verificação da prática legal da agronomia, ampliaria o prestígio social dos agrônomos, posto que estes, a despeito de serem muitos deles também engenheiros, eram vistos por esses últimos como profissionais “menores”, dotados de um saber aplicado³². Em inúmeras ocasiões a diretoria da SBA enviou ofícios ao presidente da República protestando contra a nomeação de profissionais para cargos que julgava destinados a agrônomos, sendo muitas vezes bem-sucedida, como no questionamento ao próprio ministro da Agricultura, Fernando Costa, por haver indicado um engenheiro civil para diretor do Serviço de Imigração e Colonização³³. Outra prioridade da SBA residiu na defesa do ensino superior agrônomo nos moldes praticados pela ENA. Ao cogitar-se, em pleno Estado Novo, sobre a transferência da Escola para a alçada do Ministério da Educação, a Sociedade promoveu intensa mobilização contra a medida, apoiando a Congregação da Escola. Uma vez mais recorreria ao presidente Vargas para impedir “a troca dos indiscutíveis e reais cuidados de *filho único* do Ministério da Agricultura pelos de um *novo preceptor, assoberbado com os encargos de sua própria e numerosa família*”³⁴, sendo exitosa no pleito. Outro exemplo do empenho da SBA em prol do ensino agrônomo consistiu em patrocinar, em parceria com a SNA, a implantação dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização (CAEs) no MA, destinados à permanente reciclagem dos funcionários dessa agência.

O contexto de “redemocratização” política inaugurado em 1945 não alteraria a atuação da SBA, o que se pode explicar por alguns fatores. Em primeiro lugar, pela preservação da herança varguista que resultou na manutenção de um Executivo hipertrofiado pela criação de vários órgãos técnicos, autarquias e institutos por ramo de atividade econômica.³⁵ Em segundo lugar, pelo fato de os agrônomos e outros profissionais terem afirmado seu reconhecimento no decorrer da “era Vargas” na qualidade de técnicos, ou seja, agentes supostamente apolíticos e, por isso mesmo, à margem da militância partidária. Finalmente vale recordar que, dos três grandes partidos surgidos em fins de 1945 – PSD, PTB e UDN –, os dois primeiros emergiram da iniciativa do próprio Vargas. Nesse contexto, a aliança PSD-PTB conseguiria eleger a totalidade – exceto um – dos presidentes do país até o golpe de 1964, destacando-se, dentre esses últimos, Juscelino Kubitschek, que lançaria a partir de 1955 seu Plano de Metas, destinado a promover o desenvolvimento acelerado da industrialização brasileira com base em duas diretrizes: a internacionalização da economia e a utilização da inflação como fonte de financiamento interno da acumulação.³⁶

Nessa conjuntura, a luta da SBA adquiriu novos contornos, passando a protestar contra o lugar subalterno atribuído pelo Plano de Metas à agricultura. A Sociedade não só demandou mais recursos para o setor, como também a criação de duas novas agências junto ao MA: o Serviço Social Rural e o Serviço de Extensão Rural. Tal proposta não pode ser descolada do contexto específico do momento, marcado pela intensa mobilização social no campo, sob a liderança das Ligas Camponesas que defendiam a reforma agrária a qualquer custo.³⁷ Nesse sentido, tanto o Serviço Social Rural como o Extensionismo seriam instrumentos neutralizadores dos conflitos sociais, “anteparos” à reforma agrária

buscada pelos trabalhadores do campo, particularmente do Nordeste. Tal posição não é estranha, em se tratando de uma entidade profissional que funcionava como “caixa de ressonância” dos interesses dos grupos dominantes agrários, todos eles contrários a ameaças à estrutura fundiária do país.

Logo, a análise combinada das variáveis “composição de quadros” e “demandas e campanhas” permitiu visualizar a SBA – bem como o próprio Ministério da Agricultura – como desdobramentos da SNA no âmbito das sociedades civil e política.

Os agrônomos rivalizam entre si: a Sociedade Paulista de Agronomia

O contraponto político à SBA foi o Sindicato Agrônomo do Estado de São Paulo (SAESP), transformado, em 1944, na Sociedade Paulista de Agronomia (SPA). O Sindicato, fundado em 1937, definia como sua principal finalidade agremiar agrônomos em âmbito regional, visando divulgar “as atividades realizadas pela agremiação aos associados das regiões mais distantes do Estado”. Para tanto, o SAESP contava com quatro Departamentos especializados, cada um com sede em distintas regiões do estado, tendo em comum o fato de serem dirigidos por docentes da ESALQ ou empresários da SRB.³⁸ Enquadrado na estrutura verticalizada do sindicalismo corporativista único por categoria, tutelado pelo Estado, o SAESP obedeceu, desde sua fundação, às prescrições do Ministério do Trabalho, contando sempre com a presença do inspetor regional da Pasta em suas assembleias anuais. A profunda integração entre os quadros do Sindicato e os da ESALQ se ratifica pelo fato de haver sido a própria escola a primeira sede dessa entidade agrônômica, que teve como primeiro presidente Antônio Corrêa Meyer, diretor da ESALQ. O Quadro II evidencia tal afirmativa

Quadro II – Sindicato Agrônomo do Estado de São Paulo – Diretorias (1936 – 1944)

Anos	Cargos	Ocupantes
1936-38	Presidente Secretário Tesoureiro CONSELHO FISCAL	Antônio Corrêa Meyer (1) (2) Alcides di Paravicini Torres (1) (2) Luís Silveira Pedreira (1) Armando Santos Leal; Philippe Westin Vasconcellos (1) (2) e Francisco Ratto (1)
1938-40	Presidente Secretário Tesoureiro CONSELHO FISCAL	Alcides di Paravicini Torres (1) (2) Antônio Rodrigues Filho André Tosello (1) Antônio C. Meyer (1) (2); José Campos Toledo e Philippe Westin Vasconcellos (1) (2)
1940-42	Presidente Secretário Tesoureiro CONSELHO FISCAL	Philippe Westin Vasconcelos (1) (2) Walter Ramos Jardim (1) (2) André Tosello (1) Francisco Ratto (1), Luís Teixeira Mendes (1) e Silvio Tricanico (1)
1942-44	DADOS INDISPONÍVEIS	DADOS INDISPONÍVEIS

Fontes: *Boletim do Sindicato Agrônomo do Estado de São Paulo* (1937-43).

Legenda: (1) professor da ESALQ; (2) diretor ou ex-diretor da ESALQ.

O primeiro aspecto a destacar do Quadro II é a profunda imbricação entre os dirigentes do Sindicato e o corpo docente da Escola de Piracicaba (89% do total), o que se torna ainda mais consistente ao considerarmos o percentual de ex-diretores da Escola nos postos mais importantes da associação (43%). Igualmente expressiva é a rotatividade

de membros entre os cargos da Diretoria, onde os nomes se alternavam sem a abertura a novos dirigentes. O caso de Philippe Westin de Vasconcellos é um desses exemplos, pois, além de catedrático da ESALQ, pertenceu ao Conselho Fiscal do Sindicato (1936-1940) e foi seu presidente entre 1940-42. Situação similar ocorreu com Alcides Di Paravicini Torres (ex-diretor da ESALQ) e Francisco Ratto, ambos grandes proprietários do setor açucareiro e cafeicultor da região piracicabana.

A trajetória do SAESP foi marcada por sucessivas crises desde sua fundação, incrementando-se as tensões intra-institucionais por volta de 1940, quando da convocatória de Assembleia Extraordinária para aprovar a “adaptação do sindicato às leis vigentes”, o que significava instituir a cobrança do Imposto Sindical por cada profissional agremiado, subordinando ainda mais a entidade ao sindicalismo corporativista. Aos acalorados protestos dos sócios, a Diretoria respondeu com consulta direta ao ministro do Trabalho, indagando sobre a possibilidade ou não de funcionários públicos – na verdade, a grande maioria dos quadros da agremiação – se sindicalizarem, o que mereceu resposta negativa. As tensões entre a cúpula e as bases do Sindicato somente amainariam em 1944, com sua extinção e substituição por outro tipo de entidade: a Sociedade Paulista de Agronomia (SPA), que retirava a agremiação dos agrônomos paulistas do estatuto de sindicato estatal, livrando-o do rigoroso controle do Estado e facultando-lhe a participação junto a organizações internacionais.

Ambas as entidades paulistas publicaram periódicos: o *Boletim do SAESP* e, a partir de 1944, a revista *São Paulo Agrícola*, ambos muito diferentes da *Revista da SBA*, posto dirigirem-se exclusivamente para a divulgação das atividades da agremiação regional, sem se envolverem na difusão de matérias científicas ou acadêmicas. Estas, quando figuravam nas publicações, distanciavam-se do espírito predominante nos artigos da *Revista da SBA*, concentrando-se num elenco de questões tão reduzido quanto incisivo: 1) a industrialização da agricultura mediante propaganda das vantagens da mecanização agrícola (25,6 % dos artigos); e 2) a produção nacional de tratores (19,2% do total). O projeto para a agricultura veiculado pela SPA em nada contemplava aspectos como o combate a pragas, o fomento à citricultura ou fibras vegetais, eixos articuladores da entidade do Rio de Janeiro, embora compartilhassem da grande questão de toda a categoria: a valorização profissional e política do agrônomo. Exemplo disso é o editorial do número 7 do *Boletim*, onde a Diretoria, ao tratar de novo projeto de reforma do ensino agrícola em discussão no Conselho Federal de Comércio Exterior, afirmava que:

Até há pouco o agrônomo não encontrava trabalho condizente com sua profissão. Ora aceitavam trabalhos de agrimensor, ou enveredavam pela engenharia rural. E – porquê não confessarmos? O agrônomo era tratado com certo desprezo pelos colegas dos outros ramos de engenharia. O atual ministro da Agricultura compreendeu o relevante papel que o agrônomo terá que desempenhar no país.³⁹

Somente em finais da década de 1950 o perfil da atuação política da SPA se distanciaria das questões regionais, passando a abraçar causas nacionais da categoria, trincheira até então ocupada pela SBA – à época, envolvida, desde inícios dos anos 1960 face à instabilidade gerada pela posse e renúncia de Jânio Quadros – em reforçar o papel do agrônomo como elemento neutralizador da conjuntura explosiva vigente no campo em todo o país. A partir de 1958, as problemáticas abordadas por *São Paulo Agrícola* se reorientaram para temas relativos ao conjunto dos profissionais da área, prevalecendo três deles: a) o zelo na regulamentação, fiscalização e valorização da profissão agrônômica, pressionando pela renovação das leis que a regiam; b) os *lobbies* junto a organismos do Estado nacional pela valorização da profissão, representada pela entidade como “em crise”, face à disputa por mercado de trabalho com os engenheiros civis; e c) a defesa da mecanização da agricultura – notadamente a produção nacional de tratores – e do importante papel a ser desempenhado pelo agrônomo junto a ela, o que foi consolidado pela inserção de representantes seus junto ao GEIA (Grupo Executivo da Indústria Automobilística), criado na gestão Juscelino Kubitschek.

Como se vê, os agrônomos paulistas “tomaram” o Estado para além dos muros do MA, inserindo-se no próprio núcleo estratégico do Executivo, junto aos chamados Grupos Executivos por ramos ou setores produtivos. Uma das estratégias adotadas pela SPA, visando chamar a atenção do governo federal para os problemas profissionais da categoria, foi a criação, em 1959, do “Dia do Agrônomo” (13 de setembro), parte de campanha mais ampla denominada

“A revolução agrária e o engenheiro-agrônomo”⁴⁰. Os festejos pela nova data comemorativa deram suporte para grandes reuniões patrocinadas pela Sociedade, onde se debatia a mais candente problemática do país: a questão agrária e o papel do agrônomo. Segundo um editorial da revista:

Temos que colocar-nos à altura das crescentes exigências do novo Brasil, que abre caminhos para sua total emancipação. *Reorganizem-se, pois, o Ministério e as Secretarias de Agricultura, levando-se em conta a missão técnica, econômica e social do profissional.* Criem-se novas escolas de agronomia e ampliem-se as existentes, pois precisamos de mais engenheiros-agrônomo. Coloque-se em primeiro plano o problema agrário, porque a produção agrícola continuará sendo a base de nosso fortalecimento.⁴¹

Em verdade, o Plano de Metas legara dois pesados fardos para a agricultura brasileira: de um lado, seu insignificante impacto setorial e, de outro, a valorização de um novo profissional emergente como quadro técnico privilegiado pelas agências do Estado: o economista.⁴² Face a isso, o periódico da SPA tornou-se mais combativo em prol do mercado de trabalho para os agrônomos, responsabilizando o próprio Ministério da Agricultura pelo desprestígio da categoria, já que ele “deveria ter sido o maior empregador de agrônomos no país sem, entretanto, tê-lo conseguido”⁴³. A solução paulista para a suposta “crise da agronomia” consistiu na criação dos “agrônomos regionais”, definidos como “conselheiros técnicos” imprescindíveis aos produtores rurais que se pretendessem “modernos” e logo transformados pela Secretaria Estadual de Agricultura em diretores regionais da SPA, institucionalizando-se a agremiação profissional e sua influência política.

Outra frente de combate da entidade foi a propaganda da indústria de tratores e demais insumos mecânicos para a agricultura, que adquiriu relevo em sua revista a partir do momento em que o secretário do GEIA convidou a agremiação a integrá-lo, demonstrando a afinidade entre a SPA e o empresariado industrial ligado à SRB e à FIESP. Em contrapartida, a SBA apoiaria o lançamento do Plano de Ação do Departamento Estadual do MA, que estabelecia “a criação de facilidades para aquela indústria, a exemplo do que vem fazendo em relação à de automóveis”⁴⁴, destacando-se o favorecimento cambial e tarifário a projetos que estimulassem a indústria nacional de implementos agrícolas, prenunciando a “modernização da agricultura” perpetrada pelo regime militar no pós-1964. Reforçando seu programa, a SPA, em parceria com a Secretaria de Agricultura, promoveu o “I Simpósio sobre Fabricação do Trator”, realizado em São Paulo (1959) sob a presidência do governador do estado e a participação de expressivas autoridades na matéria, como o diretor do BNDE/GEIMAPE,⁴⁵ o secretário do GEIA e o presidente do Sindicato da Indústria de Peças do Estado de São Paulo. Note-se que a mobilização encabeçada pela SPA visava causas ditas do “interesse geral” da categoria, embora suas bases fossem estritamente regionais, evidenciando o desenvolvimento do parque industrial paulista.

Quanto a seus quadros dirigentes, a SPA revelou grandes diferenças tanto em relação a seu antecessor – o SAESP – quanto em relação à entidade do Rio de Janeiro. Enquanto na SBA preponderava um perfil-padrão de dirigentes, integrado pelos que eram simultaneamente diretores da ENA, altos funcionários do MA e dirigentes da SNA, na cúpula da agremiação paulista desenhava-se outro contorno, como se depreende do Quadro III, a seguir.

Quadro III – Sociedade Paulista de Agronomia: Diretorias (1945-1961)

ANOS	CARGOS	OCUPANTES
1944-45	Presidente Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro CONSELHO FISCAL	Arnaldo Camargo Ismar Ramos Luiz Aristeu Nucci Jorge Bierrenbach de Castro Walter Lazzarini Oswaldo Silveira Neves Cassiano G. Reis, Armando Navarro Andrade (2); Walter Ramos Jardim (1)
1946-47	Presidente Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro CONSELHO FISCAL	Lineu de Souza Dias (1) Carlos Krug (1) Antônio Teixeira Mendes (1) Oswaldo S. Neves Ciro Corte Brilho Otacílio F. Souza Walter Ramos Jardim (1); Joaquim Ferraz Amaral e Herculano Godoy (1).
1948-49	Presidente Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro CONSELHO FISCAL	Walter Ramos Jardim (1) Otacílio F. de Souza Oswaldo Bachi Celso Ferraz Angelo Paes de Camargo (1) Rafael Munhoz Ruiz Coaracy Franco; Jacob Bergamin (1) e João Q. Marques
1950-51	Presidente Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro CONSELHO FISCAL	José Vizioli (1) João Abramides Neto (1) José Elias Paiva Neto (1) Helmut Krug (1) Ciro Corte Brilho Helcio Falanghe (1) Jacob Bergamin (1); Olavo Boock e Otávio Galli (1)
1952-53	Presidente Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro CONSELHO FISCAL	Helmut Krug (1) Jacob Bergamin (1) João Q. Marques Olavo Boock Otávio Galli (1) Laerte Ramos de Moura (1) José Vizioli (1); José Elias Paiva Neto (1) e Walter Ramos Jardim (1)
1953-54	Presidente Vice 1º Secretário 2º Secretário 1º Tesoureiro 2º Tesoureiro CONSELHO FISCAL	Walter Ramos Jardim (1) José Vizioli (1) João Q. Marques Carlos Alves Seixas Osíris Tolaine Ciro Albuquerque Laerte Ramos de Moura (1); Helmut Krug (1) e Orlando Lacava
1955-57	DADOS INDISPONÍVEIS	DADOS INDISPONÍVEIS

1958-59	Presidente	Laerte Ramos de Moura (1)
	Vice	Carlos Alves Seixas
	1º Secretário	Osiris Tolaine
	2º Secretário	Geraldo Leme da Rocha
	1º Tesoureiro	Alberto Alves Santiago
	2º Tesoureiro	Orlando Lacava
	CONSELHO FISCAL	Ciro Albuquerque, Fernando Costa Filho, José M. Francesco.
1960-1961	Presidente	Laerte Ramos de Moura (1)
	1º Vice	Alceu Osias Martins (1)
	2º Vice	Rubens Clausell
	3º Vice	Herculano Godoy Passos (1)
	1º Secretário	Raul Gutierrez Soares (1)
	2º Secretário	Luiz Paulino Neto
	1º Tesoureiro	Osiris Tolaine
	2º Tesoureiro	Jardel Melo Rocha
	CONSELHO FISCAL	Augusto Prado, Domingos Puzzi, Marino Berzaghi

Fontes: *Boletim da Sociedade Paulista de Agronomia e São Paulo Agrícola* (1944 – 1961).

Legenda: (1) docente da ESALQ; (2) funcionário do Ministério da Agricultura.

O perfil dos dirigentes da SPA foi marcado pela significativa participação de docentes da ESALQ, responsáveis por 44,6% de seu todo. Diversamente da entidade nacional, nela inexistia qualquer membro que tivesse ocupado cargo no Ministério da Agricultura. Ainda aqui, outra diferença: a ausência de diretores da Escola de Piracicaba no alto escalão da entidade, à exceção de um, Walter Ramos Jardim (diretor da ESALQ em 1957-58), enquanto a Presidência da SBA era composta, em boa parte, por diretores da ENA. Também chama a atenção a inexistência de dirigentes da principal agremiação dos grandes proprietários agroindustriais paulistas, a SRB, divergindo bastante da íntima conexão verificada entre os quadros da entidade nacional e a SNA, o que nos induz a algumas conjecturas finais.

139

À guisa de conclusão

Face ao até aqui exposto é possível supor que a menor vinculação entre a grande burguesia agroindustrial paulista e a entidade profissional agrônômica dela derivada configurava um padrão distinto do encontrado na SBA, onde a “triangulação” Escola/Entidade de Classe/Sociedade Política ocorreu de modo absolutamente sintonizado. Por outro lado, considerando que a ESALQ se destinava à formação de “agrônomos com terra” evidencia-se que esses profissionais se tenham afirmado, antes de mais nada, como grandes proprietários/empresários do setor agroindustrial, num típico caso onde a dimensão de classe sobrepujou a dimensão escolar/profissional. Logo, pode-se concluir que, para os agrônomos paulistas, a intermediação de sua entidade profissional era politicamente menos estratégica do que no caso dos agrônomos diplomados pela ENA, na maioria oriundos de setores médios urbanos e dependentes do diploma para ascensão político-social. Em outras palavras, é possível concluir que a relação entre Saber, Poder e Reprodução Social, no caso das instituições do Rio de Janeiro estudadas – ENA, SNA e SBA –, esteve mais entrelaçada às agências do Estado Nacional, diferentemente do caso das agremiações paulistas. Para essas, o próprio poder econômico dos associados/alunos se impunha como instrumento de reafirmação de classe, secundarizando o papel dos canais de mediação política integrados por agentes escolarmente socializados, uma vez que o diploma continha, sobretudo, o valor simbólico de uma marca de distinção.

Notas e referências bibliográficas

Sonia Regina de Mendonça é doutora em História pela USP e pesquisadora I do CNPq, que financiou a realização desta pesquisa. E-mail: srmendonca@uol.com.br

140

- 1 A esse respeito, ver GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- 2 Cf. GRIGNON, Claude. L'enseignement agricole et la domination symbolique de la paysannerie. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, 2 (4): 82-97, jul., 1975.
- 3 A primeira escola de Agronomia do Brasil foi fundada em 1877, em São Bento das Lages, Bahia.
- 4 Entre esses grupos se destacam o pecuarista (do Sul), o cotonicultor (do Norte e Nordeste), o açucareiro (do Nordeste) e o cafeicultor decadente do Estado do Rio de Janeiro, que tiveram no escravismo sua base de sustentação socioeconômica até 1888. Para obter mais detalhes, ver MENDONÇA, Sonia R. de. *O Ruralismo brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- 5 Cf. LIMA, J. Pinto. *Técnicos para o desenvolvimento da agricultura*. Rio de Janeiro: ABCAR, 1961.
- 6 Sobre a questão, ver MENDONÇA, Sonia Regina de. *Agronomia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1999a.
- 7 A Sociedade Nacional de Agricultura congregou, desde sua fundação, setores da classe dominante economicamente menos dinâmicos, vinculados aos complexos agrários produtores, sobretudo para o mercado interno, e que por isso tinham demandas distintas daquelas da grande burguesia cafeeira/industrial do estado de São Paulo. Assim o elemento aglutinador dos segmentos representados pela SNA consistia na reivindicação de políticas de valorização da produção voltadas para o mercado doméstico e não apenas do café.
- 8 A mais importante demanda da SNA, desde 1897, foi a recriação de um Ministério da Agricultura capaz de dar suporte à diversificação agrícola por ela pleiteada. Após intensos lobbies junto ao Congresso Nacional, a SNA faria aprovar a implantação da Pasta em 1909, após intensa disputa com porta-vozes da cafeicultura paulista que, em troca da aprovação, controlaram o órgão em sua fase inicial. A partir de 1913 deu-se o afastamento dos paulistas do MA, que passou a ter todo o seu primeiro escalão preenchido por dirigentes da SNA. Dela também saiu a quase totalidade (9 de 11) dos ministros no período. A inserção de seus quadros junto ao MA fez com que as políticas agrícolas ministeriais se configurassem a partir de suas demandas.
- 9 Inaugurado em 1900, com o total de cinco cadeiras, o Curso de Agronomia da ESALQ chegou à década de 1930 contando com nove delas. Importa reter que sua grande característica foi o predomínio de disciplinas técnicas, como agrologia, agrostologia, genética de alimentos, bromatologia, fitopatologia, etc., reservando-se apenas uma disciplina de cunho humanístico: Economia Rural. Cf. MENDONÇA, op. cit., 1999, capítulo II.
- 10 Inquérito promovido pelos alunos da ESALQ entre 1941-42, que evidenciou não somente a preocupação de muitos deles em administrar suas fazendas (65% da amostra), como também a busca do prestígio como motivo principal da opção pela escola (61%). MENDONÇA, Sonia Regina de. *Agronomia, poder e Estado no Brasil (1933-1961)*. Relatório final de pesquisa ao CNPq. Niterói, 1999, p. 35-37.
- 11 Enquanto, entre 1903 e 1933, 67% dos professores da ESALQ constituíam-se de ex-alunos, ladeados por 20% de docentes estrangeiros, entre 1934 e 1961, esse percentual se alterou para um predomínio de 93% de docentes ex-alunos, i.e., paulistas e fazendeiros. Cf. MENDONÇA, op. cit., 1999a, p. 65
- 12 Exemplo disso é a família Teixeira Mendes – em número de três –, filhos e netos de grandes fazendeiros da própria região de Piracicaba, de onde saiu o primeiro catedrático da Escola. Havia também os três irmãos Kiehl, diplomados em inícios dos anos 1940 e docentes da instituição por mais de 15 anos; os Arzolla – José e Silvio – pai e filho, também grandes proprietários de Piracicaba; os Bergamin – irmãos formados entre 1934 e 1940 – sendo Henrique, filho de um deles, também ex-aluno e docente da ESALQ, dentre vários outros. MENDONÇA, op. cit., 1999, p. 55-56.
- 13 O trabalho que embasa tais resultados consistiu em pesquisa junto a 2.500 Pastas de Alunos da ESALQ, no período de 1900 a 1961. Dos documentos constantes de cada uma delas havia cópia da Certidão de Nascimento do discente, o que propiciou informações relevantes como “profissão do pai” e “local de nascimento”.
- 14 Tal tipologia permite distinguir entre alunos de Agronomia que eram filhos de fazendeiros e aqueles cuja origem social apartava-se da propriedade da terra, como no caso do alunato da ENA, que, por isso mesmo, preparavam-se para carreiras como funcionários ou empregados do Terciário, em geral.
- 15 Entende-se como *habitus* um sistema de “disposições duráveis e intransponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma ‘matriz de percepções, de apreciações e de ações’”. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 103.
- 16 Bourdieu e Saint-Martin, ao analisarem as oposições que organizam, de modo cismático, o campo das instituições de ensino superior, afirmam sua hierarquização entre escolas de “concepção” e escolas “de gestão”, o que remete, em última instância, ao renovado antagonismo entre trabalho intelectual e trabalho manual, ocupando aquelas últimas um lugar secundário no campo. BOURDIEU, Pierre; SAINT-MARTIN, Monique. *Variations & invariants: elements pour une histoire structurale du champ des grandes écoles*. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris: 70, p. 3-39, nov., 1987.
- 17 Ilustra tal “superioridade” o relatório produzido por um formando sobre uma das Grandes Excursões, onde afirma que “em relação ao que nos foi dado a ver na Argentina e Uruguai se, por um lado, conhecemos coisas muito acima da ‘prata da casa’, por outro verificamos jubilosos que no setor de experimentação nossa Escola leva acentuada vantagem sobre os países do Prata”. ESALQ. *Relatório de Grande Excursão*. Piracicaba: 1946, p. 3. Os Boletins da Escola, criados em 1947, tinham em sua capa o seguinte lema: “A ESALQ não é mais apenas um estabelecimento de ensino de Agronomia. Ela é um estabelecimento de pesquisa.” *Boletim da ESALQ*. Piracicaba: Ano I, no 1, p. 3.
- 18 Cf. MENDONÇA, op. cit., 1999a, p. 280.
- 19 Enquanto os alunos procedentes do Rio de Janeiro totalizavam 44,7% do conjunto entre 1914 e 1933, caindo para 34% entre 1934 e 1961, os demais vinham de distintas regiões do país, destacando-se Minas Gerais (9,4%), Santa Catarina (8,6%), o próprio estado de São Paulo (7%) e Pernambuco (2,2%). Merece destaque a alta participação de nordestinos, respondendo por 17% do total de alunos em todo o período.
- 20 MENDONÇA, op. cit., 1999, p. 160.
- 21 A realização de trabalhos manuais durante os estágios revela-se através dos excelentes relatórios de Estágio Prático apresentados pelos agronomandos da ENA. Devido às verbas restritas, os estágios ocorriam nos órgãos do próprio MA. Já na ESALQ o estágio realizado pelos formandos consistia em “Grandes Excursões” anuais ao exterior. Somente após 1937 seriam introduzidas excursões no currículo da ENA, contemplando viagens pelo país. Segundo o agronomando Djalma Guilherme em seu Relatório de Estágio de 1925, “durante o estágio participei dos trabalhos de preparo de uma faixa de terra de cerca de 4 hectares, cujo estado de endurecimento muito dificultou quer a aradura quer a gradeagem. Depois de repetidas arações, ficou em estado de ser semeada, o que fiz na maior parte com feijão preto”. Rio de Janeiro: ESAMV, 1925, p. 15.

- 22 Escola Nacional de Agronomia. *Atas da Congregação*. Rio de Janeiro: 1933, p. 68. Grifos na fonte.
- 23 Dentre os primeiros, destacaram-se Arthur Torres Filho, Thomaz Coelho e Antônio Magarinos Torres, enquanto, entre os segundos, pode-se citar o próprio Torres Filho (seu presidente), Carlos Duarte ou Luiz Mendes, dentre outros. Cf. MENDONÇA, op. cit., 1999a, p. 156.
- 24 SOCIEDADE BRASILEIRA DE AGRONOMIA (doravante SBA). *Estatutos*. Rio de Janeiro: SBA, 1928, p. 6, grifos na fonte.
- 25 Além dessas atribuições, cabia aos delegados regionais fiscalizar o cumprimento, na jurisdição de cada agremiação regional, dos *Estatutos* da SBA. Normas Elucidativas das Relações dos Srs. Delegados com a SBA. *Revista da Sociedade Brasileira de Agronomia* (doravante RSBA). Rio de Janeiro: abr., 1939, p. 240-1.
- 26 SBA. *Estatutos*. Rio de Janeiro: SBA, 1930, p. 2. A esse primeiro evento compareceram representantes das entidades profissionais do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, R. G. do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Baía, Espírito Santo, Rio e Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, R. G do Sul, Minas, Mato Grosso e Goiás. RSBA, no. 2, jun., 1940, p. 200.
- 27 RSBA. Rio de Janeiro: 1, mai, 1930, p. II, grifos no original.
- 28 Cf. MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado, agricultura e sociedade no Brasil da primeira metade do século XX. In: BLACHA, Noemi; VALENCIA, Marta (Orgs.). *Agro, tierra y política*. La Plata: Ed. UNLP, 1998, p. 98.
- 29 BRASIL. Ministério da Agricultura. *Boletins*. Rio de Janeiro: SIA, *passim*.
- 30 Neste caso a SBA reivindicou que se desse preferência a agrônomos no preenchimento de postos ligados à zootecnia, fitotecnia e economia rural, sobretudo face à conjuntura atravessada pelo país no decorrer da II Grande Guerra. BSBA. Rio de Janeiro: vol. VI, 4, 1943, p. 350-51.
- 31 RSBA. Rio de Janeiro: SBA, vol. I, 3, mar, p. 231-33.
- 32 RSBA. Rio de Janeiro: SBA, vol. I, 1, set., 1937, p. 145
- 33 RSBA. Rio de Janeiro: SBA, 2, dez., 1937, p. 180.
- 34 RSBA. Rio de Janeiro: SBA, 5, 1938, p. 188, grifos na fonte.
- 35 Sobre o assunto, ver SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil*: São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- 36 Sobre o assunto, ver MENDONÇA, Sonia R. *Estado e desenvolvimento no Brasil*: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- 37 A esse respeito, ver MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- 38 Eram eles: o Departamento de Assistência Social, o de Publicidade, o Técnico Científico e o Jurídico. O primeiro, em Piracicaba, tinha por integrantes apenas docentes da ESALQ; o segundo, em Campinas, foi dirigido entre 1941 e 1945 por Alcides Di Paravicini Tores, professor e diretor da Escola, enquanto o Jurídico demonstrava a íntima conexão existente entre o empresariado agroindustrial paulista, a Escola e sua entidade sócio-profissional, já que funcionava na própria sede da Sociedade Rural Brasileira, na cidade de São Paulo, dirigido pelo grande cafeicultor e banqueiro Marcílio Alves Penteado. O Departamento Técnico Científico estava a cargo de José de Mello Moraes, também diretor do Instituto Agrônomo de Campinas. *Boletim do SAESP* (BSAESP), n 1, mar-abr, 1938, p. 76.
- 39 BSAESP. São Paulo: SAESP, 7, 1939, p. 243, grifos SRM. Vale destacar que o "atual ministro" aludido na citação era Fernando Costa, primeiro paulista a ocupar a Pasta da Agricultura desde que, em 1913, a Sociedade Nacional de Agricultura monopolizara o preenchimento do cargo.
- 40 *São Paulo Agrícola*. São Paulo: SPA, 8, ago., 1959, p. 10.
- 41 *São Paulo Agrícola*. São Paulo: SPA, 20, ago, 1960, p. 17, grifos no original.
- 42 LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no Governo*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- 43 *São Paulo Agrícola*. São Paulo: SPA, 1, set., 1961, p. 20.
- 44 *São Paulo Agrícola*. São Paulo: SPA, 10, out, 1959, p. 67-8.
- 45 O GEIMAPE – Grupo Executivo da Indústria Mecânica Pesada – foi um dos Grupos Executivos de maior prestígio na gestão JK, enquanto o BNDE constituiu-se na principal criação da época, um banco destinado exclusivamente ao financiamento industrial, mediante empréstimos a longo prazo e taxas de juros negativas, transformado na corrente de transmissão dos recursos do Estado brasileiro para o grande capital nacional e estrangeiro. Cf. LESSA, Carlos. *15 anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1971.